

# As Lutas da Independência do Brasil



*Guilherme de Andrea Frota\**

**Resumo:** Descrição sumária das operações militares desenvolvidas em território brasileiro após o Grito do Ipiranga. A luta entre as tropas fiéis a D. Pedro I e as partidárias da Corte Portuguesa, que consolidaram a Independência e preservaram a unidade do território nacional.

**Palavras-chave:** Lord Cochrane, Labatut, Felisberto Caldeira, Madeira de Melo.

**P**roferido no Ipiranga pelo jovem príncipe D. Pedro, o brado de independência não alcançara aceitação em todas as terras que, desde as suas origens, convencionara-se chamar Brasil.

Não parecera correto, aos patriotas de então, conformarem-se com o desmembramento da antiga colônia que os portugueses tão inteligentemente configuraram. A epopéia escrita pelos bandeirantes e desbravadores plasmara gerações subseqüentes e não poderia ter esse destino. Tornou-se, em conseqüência, indispensável utilizar o prélio das armas entre facções quase irmãs.

De como a força militar do Império, ainda no seu nascedouro, logrou alcançar este propósito atuando nas lutas da Independência, constitui o objeto desta comunicação. Lembremos, pois, como esse ousado plano se desenvolveu e terminou, graças ao esforço e o sangue derramado de muitos conhecidos e anônimos brasileiros e portugueses.

Quando o príncipe regente D. João chegou ao Brasil e, no Rio de Janeiro, instalou o Governo português, em 7 de março de 1808, ludibriando a invasão franco-espanhola comandada pelo Marechal Andoche Junot, trouxe consigo a organização militar que existia no Reino, baseada no Alvará de 1736, no Regimento Provisional de 1796 e nos Artigos de Guerra de 1799. O príncipe

\* Professor. Sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Comunicação apresentada em 14 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

conservou, como Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, D. José Rodrigues de Sá e Menezes, Visconde da Anadia, fidalgo cortesão, maneiroso e sempre empoado. As diversas repartições necessárias ao funcionamento de sua secretaria logo se instalaram na terra carioca prosseguindo atividade como se em Lisboa estivessem.

E, para que não se interrompesse a carreira do oficialato, os aspirantes a guardas-marinhas ocuparam precariamente as hospedarias do Mosteiro de São Bento, primeira sede brasileira da Academia de Marinha, fundada em Lisboa em 1779, pela rainha D. Maria I. E não somente a Academia, mas a Marinha portuguesa acompanhara o Governo português transmigrado para plagas americanas.

A secretaria de Negócios Estrangeiros e Guerra ficou com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares. Diligente e instruído, Linhares geriu com eficácia as repartições de sua secretaria, construiu quartéis, regulamentou corpos, proveu a Academia Real Militar (criada em 4 de dezembro de 1808) com sede própria no Largo de São Francisco após passar um ano na Casa do Trem, e atendeu a outros setores do Exército.

A permanência da administração portuguesa no Brasil, a presença da Corte, rodeada de fidalgos, diplomatas estrangeiros, intelectuais e artistas, permitiu ao Brasil emergir da discreta vivência colonial e deu força ao príncipe, que almejava maior prestígio no Congresso que ocorria na cidade de Viena, em 1815, para elevar o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarve.

Apesar de Portugal encontrar-se livre das tropas franco-espanholas desde 1813 e de Napoleão Bonaparte não mais afligir os reinos europeus, D. João continuava a desfrutar a tranqüilidade das terras brasileiras, onde, por aclamação, após a morte de D. Maria I, ascendera ao trono, sexto monarca de seu nome. Para os portugueses reinóis não se justificava a continuidade de seu rei em terras brasileiras. Por isso, a Revolução Constitucionalista de 1820, que se iniciou na cidade do Porto e se espalhou por Lisboa e outras cidades e vilas, exigiu o regresso da família real. D. João amealhou desculpas mas acabou decidindo embarcando, mais uma vez, provas da sua argúcia: seu filho e herdeiro D. Pedro permaneceria no Rio de Janeiro como regente do trono brasileiro.

Antes de velejar para Portugal, em abril de 1821, D. João VI baixou decretos e instruções, datados da véspera, regulando a administração de seu filho, designando-lhe um ministério (Secretário da Marinha, o Chefe de Esquadra Manuel Antônio Fariña, e Secretário da Guerra, o Marechal Carlos Frederico de Paula). E não perdeu a oportunidade de recomendar ao estouvado filho antepor-se aos eventos e, assim, comandá-los, se esses se encaminhassem para a independência. Os exemplos em diversas colônias espanholas respaldavam a sua linha de pensamento. Na manhã de 26, D. João VI, a família real e diversas personalidades partiram na divisão naval comandada pelo Chefe de Esquadra João Manuel de Menezes, Marquês de Viana.

Durante a regência do príncipe D. Pedro, os patriotas começaram a articular o

movimento de independência, desenvolvendo significativa atuação o Grande Oriente do Brasil, loja maçônica fundada por Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, nos moldes da sua congênere francesa; igualmente participou a imprensa, destacando-se o *Correio Brasiliense*, editado em Londres por Hypolito da Costa. Concluíram que a vitória do movimento dependia da adesão do príncipe, obtida em 9 de janeiro de 1822, com o seu compromisso de ficar no Brasil, contrariando as Cortes Constitucionais que, de Lisboa, ameaçavam sufocar o novel reino.

Dois dias depois, 11 de janeiro, o príncipe D. Pedro enfrentou o levante provocado pela Divisão Auxiliadora, cujo efetivo não se conseguiu estabelecer, sediada no Rio de Janeiro, com a adesão de seu comandante, o Tenente-General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, contrariados com a atitude do príncipe desrespeitosa às determinações das Cortes Constitucionais. Convocados por D. Pedro no mesmo dia, o Tenente-General Joaquim Xavier Curado, brasileiro, nascido em Goiás em 1º de março de 1743, o Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Álvares, português da Ilha da Madeira, e o Coronel Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, brasileiro, nascido em Angra dos Reis, aconselharam o príncipe a proceder uma convocação urgente. Acorreram diversos elementos ao Campo de Santana e, em poucas horas, formou-se o Exército do Príncipe, força um tanto disforme com a qual D. Pedro se valeu para não ser seqüestrado. No dia 12, o Tenente-General Curado foi nomeado Governador das Armas da Corte. Avilez e seus

comandados dominaram, então, o Morro do Castelo. Intimidado a render-se, Avilez ainda protelou uma decisão até o entardecer, quando aceitou a uma segunda intimação. Seus homens foram transferidos para Armação, em Niterói, e neste local acamparam. Em 9 de fevereiro, D. Pedro dirigiu-se a bordo da fragata *União* até Niterói e exigiu que a Divisão Auxiliadora retornasse para Lisboa, o que de fato ocorreu no dia 15. O Brigadeiro Francisco Joaquim Carretti e parte de sua tropa, embarcados nos transportes *São José Americano* e *Verdadeiros Amigos*, iludiram a escolta e seguiram para a Bahia.

No dia 16 de janeiro, o príncipe compôs novo ministério, conhecido como o da Independência, dele participando o santista José Bonifácio de Andrada e Silva, homem de convicções maduras e que acreditava ser a monarquia o instrumento capaz de manter a unidade nacional. As Cortes Constitucionais já haviam despachado uma força-tarefa naval, comandada pelo Chefe-de-Divisão Francisco Maximiano de Sousa, que tinha por missão reconduzir o príncipe D. Pedro para Portugal. Encontravam-se embarcados 1.250 homens sob o comando do Coronel Antônio Joaquim Damasceno Rosado. Em 5 de março de 1823, essa força encontrava-se ao largo da Baía de Guanabara. E desse local não passou, nele permanecendo 16 dias, determinando o fracasso dos seus intentos. Oficiais, marujos e soldados, em número de 894, optaram por permanecer no Rio de Janeiro, incluindo a fragata *Real Carolina*, que foi rebatizada de *Paraguaçu*. E coube, também, ao citado ministério dar o primeiro

passo na ação militar, em atendimento aos sucessos na província da Bahia. Uma insurreição iniciada na vila de Cachoeira conflagrava a província, que não desejava submeter-se à autoridade das Cortes. Vários elementos começaram a se juntar nas vizinhanças de Salvador e logo ocuparam Feira de Capuame, sítio estratégico para o acesso à capital. O equipamento obsoleto constituía um fator capaz de provocar a derrota desses insurgentes. Prevendo-se desastre em confronto com as forças profissionais portuguesas, o governo regencial, isto é, José Bonifácio, deliberou enviar uma expedição militar à Bahia, em comando do Chefe-de-Divisão Rodrigo Antônio de Lammare, com o objetivo de transportar e desembarcar tropas que, chefiadas pelo brigadeiro Pierre Labatut, francês contratado (decreto de 3 de julho de 1822), devia auxiliar os baianos no enfrentamento contra a Legião Constitucional Lusitana que, exemplarmente liderada pelo Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, mantinha Salvador e arredores sob rígido controle. Eram 10.500 homens. Labatut desembarcou no porto de Jaraguá, Alagoas, em 21 de agosto e, nessa localidade, formou o Exército Libertador com um efetivo de 9.515 homens, a maior parte constituída de baianos anteriormente envolvidos na conflagração. Essa força atravessou o Rio São Francisco, passou por Sergipe, obrigando os principais a reconhecerem a autoridade de D. Pedro, e acampou em Feira de Capuame no dia 27 de outubro.

No Rio de Janeiro, os eventos se precipitavam. D. Pedro, integrado à Maçonaria, aceitava ser o rei do Brasil, sendo habil-

mente trabalhado por José Bonifácio que, para melhor conduzir o processo, criou o Apostolado, entregando a D. Pedro o título de Arconte-Rei. No manifesto de 1º de agosto de 1822, assinado por D. Pedro, lemos esta frase: “Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja a independência.”

E, realmente, foi ela acertada na sessão de 20 de agosto do Grande Oriente.

Mas o ato do 7 de Setembro, enérgico e decidido do altivo Bragança, quando se encontrava em visita política na terra de Amador Bueno, estava circunscrito a uma parcela do território brasileiro. Escapavam-lhe províncias ao sul e ao norte queurgia serem mantidas na unidade que a História consagrara.

O Brasil de 1822 contava com apenas quatro e meio milhões de habitantes espalhados em estreita faixa litorânea ao longo de extensa fronteira marítima que, começando no Rio Oiapoque, findava no Rio da Prata. Raros caminhos terrestres dificultavam as comunicações. A própria distribuição da população apresentava-se irregular, concentrando-se nas áreas férteis de Pernambuco, em torno de Salvador, Rio de Janeiro, com ramificação para São Paulo e o planalto mineiro ainda produtor de ouro, a linha da costa do Maranhão ao Pará e os pampas sulinos, convergindo interesse para Montevideu. Assim, o que se passara em 7 de setembro podia ser, em outras palavras, dito desta forma: D. Pedro independentizara o núcleo do Rio de Janeiro com São Paulo e Minas mas precisaria lutar para impor a sua autoridade nos outros núcleos e neles fazer valer a Independência.

Organizar uma força militar com poder de dissuasão representou tarefa quase impossível. D. Pedro declarou-se seu generalíssimo e permitiu que portugueses optassem por servir ao Império, ao mesmo tempo que abriu o voluntariado e criou, em 8 de janeiro de 1823, um batalhão de estrangeiros, engajando bávaros e irlandeses.

Essas tropas só poderiam se deslocar entre os citados núcleos embarcadas. Explica-se, assim, a atenção direcionada para a organização do poder naval, entregue ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís da Cunha Moreira, em 22 de outubro de 1822, primeiro brasileiro a ocupar a Secretaria da Marinha, tempos depois agraciado com o título de Visconde de Cabo Frio, pelo qual é mais conhecido. Somente uma habilidosa conjugação das forças militares (naval e terrestre), àquela conjuntura, seria capaz de solidificar a Independência e impedir uma ação enérgica por parte de Portugal.

A primeira dificuldade a ser vencida relacionava-se com a precariedade de meios flutuantes. Utilizaram-se os navios portugueses em estado satisfatório que se encontravam no porto do Rio de Janeiro, sede da esquadra, e demais estabelecimentos navais montados no Brasil Reino. Todos careciam de reparos envolvendo a presença de verbas vultosas. Para superar esse óbice, Gonçalves Ledo e Luís Pereira da Nóbrega sugeriram ao Imperador a abertura de uma subscrição pública expressa em oitocentos réis por pessoa, mensalmente e durante o prazo de três anos, dela participando o próprio D. Pedro I que comprou, com seu dinheiro, um brigue mercante por 22 contos de réis. Aceitaram-na mui-

tos homens de recursos, testemunhando um patriotismo nascente. Em decorrência, o Governo pôde prontificar algo parecido a uma esquadra.

Ela era constante da nau *Pedro I* (ex-*Martim de Freitas*), fragatas *Piranga* ou *Ypiranga* (ex-*União*), *Paraguaçu* (ex-*Real Carolina*) e *Nictheroy* (ex-*Sucesso*), corvetas *Maria da Gloria* (ex-*Horácio*) e *Liberal* (ex-*Gaivota*) e brigues *Cacique* (ex-*Reino Unido*), *Real Pedro*, *Rio da Prata* (ex-*Leopoldina*), *Guarani* (ex-*Nightingale*, comprado de Brow Watson por 13 contos de réis), *Caboclo* (ex-*Maipu*, adquirido a David Jewet por 22 contos de réis) e *Atlanta*. Os demais navios não admitiam conserto ou estavam incapazes de uma utilização militar.

A atividade e o empenho do Imperador nessa ocasião têm sido esquecidos, injustiça que precisa ser reparada. Lemos no *Diário* de Maria Graham, preceptora das imperiais crianças, o depoimento que respalda a nossa afirmativa:

O imperador chegava a bordo todas as manhãs, às 6 horas; apressava os armadores, intervinha nos navios de provisão, exigia o impossível dos tanques de água, balançava-se pelas cordas de convés em convés até as mais baixas partes do porão, recusando todo o auxílio de escadas ou outras comodidades e, na sua alegria, trazia a imperatriz para bordo, a fim de compartilhar do novo prazer, que ela apreciava cordialmente.

O elemento humano constituía o segundo problema a ser encarado. A oficialidade foi, em grande parte, aproveitada entre os integrantes da Marinha portuguesa que aderira

ao Império que nascia: 10 oficiais-generais, 13 capitães-de-mar-e-guerra, 22 capitães-de-fragata, 27 capitães-tenentes, 18 primeiros-tenentes, 42 segundos-tenentes e 14 guardas-marinhas. Ainda 19 aspirantes e 8 cirurgiões. A marinhagem e o pessoal civil permaneceram em sua totalidade.

Preferiram retornar a Portugal no bri-gue dinamarquês *Aurora* 5 capitães-de-mar-e-guerra, 4 capitães-de-fragata, 7 capitães-tenentes, 9 primeiros-tenentes, 2 segundos-tenentes e 20 aspirantes.

Mas esse efetivo não atendia às neces-sidades previstas. Havia carência de, pelo menos, 25 a 30 tenentes. Preocupava, ain-da, o pouco número de oficiais nascidos no Brasil, sabendo-se que a maioria dos oficiais portugueses aderira ao Império por comodismo. Esses temores se exacerbaram quando o imediato da escuna *Maria Teresa*, que se dirigia para Montevideú, prendeu seu comandante e entregou o navio aos portugueses.

Concluiu-se, portanto, ser inevitável contratar oficiais estrangeiros. Essa ação, com alguns toques rocambolescos, ficou a cargo de Felisberto Caldeira Brandt Pon-tes, ex-guarda-marinha, que optara pelo ser-viço no Exército e ascendera ao posto de marechal-de-campo, mais conhecido pelo título que lhe concedeu o Imperador de Marquês de Barbacena. Em diversas mis-sivas insistiu junto ao Governo no sentido de recrutar ingleses e sugeriu o nome de Lorde Alexander Thomas Cochrane, 10º Conde de Dundonald, que adquirira fama em guerras européias e na independên-cia do Chile, onde ganhara a alcunha de *El Diablo*. Seu nome infundiria respeito.

Sondado, Cochrane aceitou o convite bra-sileiro exigindo as mesmas vantagens que desfrutava no Chile. Ao mesmo tempo que se prontificava essa delicada operação di-plomática, outra ocorria em Londres diri-gida por Felisberto Caldeira, que obteve o compromisso de vários oficiais ingleses de se engajarem na Marinha do Brasil, após um recrutamento realizado com o segredo indispensável para que não pudesse ser per-cebido por ingleses e diplomatas portu-gueses em Londres. É forçoso darmos realce ao General Felisberto Caldeira: encontrando-se em Londres em atendimento a uma viagem particular, transformou-se no grande articu-lador do preenchimento dos quadros da Marinha. Nos quinze meses que se segui-ram, forneceu a José Bonifácio informa-ções, análises militares e comentários po-líticos compreendendo, como ninguém, a necessidade de engrandecer o poder mili-tar do Império.

Os ingleses aliciados por Felisberto Caldeira foram: James Thompson e Ja-mes Norton, que receberam o posto de capitão-de-fragata; Benjamin Kelmare ficou capitão-tenente; Francis Clare, William Parker, John Roger Gleddon, Francis Cleare, Vincent Chrofton, James Nicoll, Samuel Chester, Raphael Wright, Samuel Gillet e George Clarence ocupa-ram o posto de primeiro-tenente, e para o provimento do posto de segundo-tenente aceitaram o contrato George Manson, Adrian Mynson, William Eyre, Charles Watson, Duncan Macrieghts, William Inglis, Ambroise Challes, George Cowan, Carles Mosselen, Joseph Litscottan, Charles Xell e George Broom.

Todos embarcaram para o Brasil como imigrantes agrícolas em quatro levadas sucessivas, partindo no navio *Lindsays*, em 24 de janeiro; no navio *Lapwing*, três dias depois; no *Alice*, em 3 de abril, e no *Mary*, em 4 de maio. Podemos imaginar, mesmo de passagem, as dificuldades do general nas vielas tortuosas de Londres, em suas fainas de recrutamento. Completou a sua tarefa através da firma Freitas & Costa, na qual obteve munições, pólvora, canhões e mosquetes enviados para o Rio de Janeiro em navios alugados.

John Taylor não se inclui entre os que vieram da Inglaterra; tinha 34 anos e encontrava-se no Rio de Janeiro aguardando embarque na fragata *Doris*, comissionado como seu imediato; preferiu abandonar tudo, entusiasmado com o Brasil, o que também aconteceu com o norte-americano David Jewet. Caso especial ocorreu com o guarda-marinha Pedro Ferreira de Oliveira (brasileiro), que se encontrava em Lisboa, não tendo dúvida em pedir desligamento e viajar para o Brasil, onde foi admitido no mesmo posto. Para suprir a necessidade de praças o General Felisberto Caldeira contratou 500 marujos ingleses. Como último recurso, abriu-se o voluntariado.

O Imperador procurou incentivar a carreira militar. Diversos decretos, emitidos entre outubro de 1822 e março de 1823, visavam a completar os claros. As dificuldades econômicas não permitiram, de imediato, a implantação de novos uniformes: somente em 27 de outubro de 1823, o Corpo da Armada tinha os seus uniformes regula-

mentados, permanecendo o dos fuzileiros com os modelos portugueses até 17 de agosto de 1826.

Ocorriam procedimentos paralelos em relação ao Exército, em cuja direção, como Secretário da Guerra, encontrava-se o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares, português, destacando-se a criação, em 2 de outubro de 1822, do Batalhão de Henriques, formado por negros forros pagos mensalmente, com 398 homens; em 1º de dezembro, a Imperial Guarda de Honra e, para combater na Bahia, o Batalhão do Imperador, em 13 de janeiro de 1823, com estado-maior e 6 companhias, com um total de 735 homens; não se conhece o seu uniforme. As instruções para promoções foram emitidas em 4 de dezembro. O *tope*, para ser usado no alto da manga esquerda dos fardamentos, ficou regulamentado em 18 de setembro de 1822; o primeiro plano de uniformes data de 7 de outubro de 1823. Mas muitos elementos utilizados nos fardamentos portugueses persistiram. Lembremos, somente como exemplo, a folhagem de carvalho compondo os bordados dos oficiais-generais, a torre para indicar os engenheiros ou a esfera armilar para os oficiais de estado-maior. O preenchimento de claros foi executado pelo apelo ao voluntariado, bem como a contratação de mercenários (Batalhão de Estrangeiros, decreto de 8 de janeiro de 1823) recrutados por Schäfer, na Alemanha, de várias procedências, principalmente aldeões enganados. Utilizou-se o recrutamento entre os soldados portugueses da tropa do Brigadeiro Avilez. Colhemos este significativo trecho na Fala do Trono de 3 de maio de 1823:

O Exército não tinha nem armamento capaz nem gente nem disciplina; de armamento está pronto perfeitamente, de gente vai se completando conforme o permite a população, em disciplina em breve chegará ao auge.

O mais importante foco de reação contra D. Pedro I e de acirrado apoio às Cortes encontrava-se na Bahia, seguindo-se o Maranhão e o Piauí, Pernambuco, Pará e a Cisplatina. Em Pernambuco, o Coronel José Camelo Pessoa de Melo com seus comandados (três mil) colocou-se contra as forças portuguesas, à frente das quais encontrava-se o distinto General Luís do Rego Barreto, na noite de 1<sup>o</sup> de outubro, na localidade de Afogados. Apesar do empenho, não dominou a posição. A luta prosseguiu sem definição até 5 de outubro, quando se assinou a Convenção de Beberibe, mediante a qual as forças portuguesas embarcavam para Lisboa.

Para o governo imperial afigurava-se da maior importância desestabilizar a posição que o Brigadeiro Madeira de Melo mantinha em Salvador, chave da situação estratégica da causa portuguesa. Contava com a presença de navios portugueses, tendo para comandá-los o Chefe-de-Divisão João Félix Pereira de Campos, que ao local acorrera embarcado na nau *D. João VI*.

A esquadra portuguesa impunha respeito; além da nau *D. João VI*, compunha-se de 3 fragatas, 5 corvetas, 4 brigues, 2 escunas, 5 lugres, 1 sumaca, diversas barcas e lanchas armadas; dispunha ao todo de 501 canhões e 4.150 homens na tripulação.

Labatut estabeleceu o seu quartel-general em Feira de Capuame. E logo ocorreram combates que nada decidiram. Então, Madeira de Melo resolveu pressionar a posição dos brasileiros. Em 8 de novembro de 1822, determinou ao Coronel João de Gouveia Osório que atacasse em Pirajá. O combate avizinhava-se perdido para Labatut e sua gente, mas um estratagema do corneteiro Luís Lopes, que deu o toque de *cavalaria avançar*, desnordeou as forças oponentes que refluíram para Salvador. O Imperador resolveu reforçar a tropa que sitiava Salvador, enviando o Batalhão do Imperador ao comando do Coronel José Joaquim Alves de Lima. Em 22 de fevereiro, ocorreu o desembarque no Porto de Jaraguá, em Alagoas. Como ajudante desse batalhão, encontrava-se o Tenente Luís Alves de Lima, que revelou tais aptidões nos combates que se sucederam que recebeu o Hábito do Cruzeiro, considerado, àquela época, notável distinção militar. Objetivando desafogar sua posição, Madeira de Melo influiu sobre a Ilha de Itaparica, em 7 de janeiro; o Capitão-de-Fragata Joaquim José da Cunha dirigiu esse assédio, sendo repellido pelo Forte de São Lourenço, em diversas tentativas, graças à audácia do Major Antônio de Souza Lima. O *Diário do Governo* de Lisboa afirma que as perdas portuguesas somaram mais de 70 homens e acrescenta: “Diz mais o General Madeira que de parte a parte se combatera com o maior denodo.”

Liderados pelo Segundo-Tenente João Francisco de Oliveira, vulgo João das Botas, os patriotas baianos fizeram do Arsenal de Marinha de Salvador um

ponto de apoio. Botas, juntamente com o Capitão-de-Mar-e-Guerra Tristão Pio dos Santos, intendente desse Arsenal, protelava os reparos nos navios portugueses. Os dois conceberam o audacioso empreendimento de destruir a fragata *Constituição*. Mas o plano, descoberto, obrigou Pio dos Santos a refugiar-se em um brigue inglês que rumou para o Rio de Janeiro, enquanto João das Botas escondia-se na vila de Cachoeira.

Iria ter início uma grande epopéia vivida por esse corajoso marujo. Da vila de Cachoeira passou-se para Itaparica, onde organizou, em novembro, uma flotilha de barcos pesqueiros; o melhor deles recebeu o nome de *Pedro I*. Botas fustigou os navios portugueses a partir de 8 de dezembro, quando os portugueses conheceram a coragem e a destreza que impulsionavam esses homens que o acompanhavam. Seguiram-se outras ações dessa improvisada força até o final do ano, ressaltando-se o citado combate na Ilha de Itaparica pela posse do Forte de São Lourenço. O desempenho de João das Botas demonstrou tal notabilidade que o General Labatut o promoveu a primeiro-tenente por heroísmo. Lembremos os nomes de seus auxiliares: Francisco da Silva Castro, Filipe Álvares de Oliveira, José Antônio Gonçalves, André Avelino, Plácido José da Maia, Manoel Pereira, Fortunato Álvares de Sousa e Francisco das Chagas, que viveu até 29 de setembro de 1900, falecendo com 111 anos de idade.

Cochrane chegava ao Rio de Janeiro em 13 de março de 1823 a bordo do

brigue *Colonel Allen*, procedente do Chile. Em sua companhia encontravam-se Bartholomeu Hayden, Thomas Sackwille Crosbie, John Pascoe Grenfell, James Sheperd e Esteven Charles Clewley, que também aceitavam lutar no Brasil. Tudo levava a crer que os lenhos do novo império singrariam os mares em demanda de Salvador conduzidos pelo temido marujo inglês.

Engano. Uma polêmica se abriu nos bastidores. Cochrane recusou peremptoriamente o posto de almirante, pois achava que o mesmo não satisfazia os seus interesses pecuniários. Após várias negociações, ficou assente a criação do posto de primeiro-almirante, de seu uso exclusivo, ao qual nenhum oficial poderia ascender, com soldo três vezes superior a qualquer outro almirante do Império e 500 libras a mais do que um almirante britânico.

Estando prontificada a esquadra, o decreto imperial de 29 de março de 1823 determinou o bloqueio do porto de Salvador recebendo Cochrane, no dia seguinte, ordem para executar o referido bloqueio como bem entendesse.

No dia 1º de abril, a esquadra suspendeu, sob o comando do primeiro-almirante, desfraldando o pavilhão verde-dourado do Império. Seis navios ao todo: nau *Pedro I*, capitânia, fragata *Piranga*, corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, brigues *Guarani* e *Real Pedro*, com um total de 204 canhões. Pobre em tamanho mas não em valor; e os marinheiros ingleses, recém-chegados da Inglaterra, estavam gloriosamente embriagados.

Cochrane velejou rumo ao norte, dando tempo para que as guarnições bisonhas se exercitassem nas manobras de pano, base do combate naval da época. Dessa viagem e do que se desenrolou depois, conserva-se minucioso relato; trata-se do *Diário* escrito por Frei Manoel Moreira da Paixão e Dores, capelão da esquadra, manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Por ele sabemos que Cochrane se comunicava em espanhol aprendido no Chile, mas falava-se o português, o inglês, o francês, o alemão e, cobertas abaixo, idiomas da África negra. No dia 25 de abril, a esquadra posicionou-se perto de Salvador; no dia 29, a ela incorporou-se a fragata *Nictheroy*, que permanecera alguns dias mais no Rio de Janeiro a completar efetivo, em cuja guarnição um menino gaúcho de 15 anos alistara-se, pleno de entusiasmo varonil, vencendo somente a ração, conforme documento datado de 4 de março de 1823 existente no Arquivo do Serviço de Documentação Geral da Marinha. Seu nome, Joaquim Marques Lisboa, se entrelaçaria com a própria história do Império e, da mesma maneira que Luís Alves de Lima, forjou-se nas lutas da Independência.

O Brigadeiro Madeira, sabedor da presença dessa força naval, determinou que o chefe Félix de Campos se dirigisse ao seu encontro. Os oponentes avistaram-se no dia 4 de maio, quando os primeiros clarões do sol mal iluminavam o horizonte. A capitânia brasileira desfraldou o sinal de preparar para o combate. O primeiro-almirante, a sota-vento e recebendo em cheio os raios solares do levante, mandou atacar o centro e a retaguarda do adversário, como bom dis-

cípulo de Nelson; pretendia destroçar a retaguarda antes que o centro e a vanguarda pudessem apoiá-la. Cochrane manobrou a capitânia passando pela popa da corveta *Princesa Real* e pela proa da escuna *Príncipe*, rompendo fogo por ambos os bordos sem alcançar grandes resultados; depois, virou de roda e navegou em direção dos derradeiros navios da coluna portuguesa.

Mas os demais navios não cumpriram bem a sua parte: o *Guarani* e o *Real Pedro* não puderam aproveitar as suas artilharias. Motins ocorreram, então, nos navios do Império causados pelos marujos portugueses. Cochrane perdia, assim, o impacto inicial; e como os navios de vante portugueses se posicionaram em auxílio da retaguarda, a ação se interrompeu sem dispositivo definido por três horas e meia. Às 4 horas da tarde, Cochrane dirigiu-se rumo sul perdendo de alcance os navios de Félix de Campos. Chovia em abundância. Às 7 da noite não havia mais condição de encetarem combate. Materialmente, os resultados mostraram-se nulos, havendo discreta superioridade moral sobre a esquadra portuguesa que refluíu para Salvador com algumas avarias e 40 baixas. O primeiro-almirante procurou um ancoradouro, elegendo a reentrância ao pé do Morro de São Paulo, na qual estabeleceu a sua base de operações. Em carta enviada a José Bonifácio podemos entrever as dificuldades que enfrentou: “Parece-me que metade da esquadra precisa guardar a outra metade.”

O bloqueio surtiu efeitos: em Salvador começaram a ocorrer dificuldades várias, especialmente escassez de alimentos. Os navios que tentavam furar o

bloqueio eram apresados. A força bloqueadora foi acrescida da fragata *Paraguaçu*, brigues *Rio da Prata* e *Bahia* (ex-Colonel Allen) e charrua *Lucônia*.

A ação de Cochrane não invalidava a guerrilha naval que João das Botas movia contra as unidades de Félix de Campos. Em 30 de abril, revidou um ataque contra o comboio que protegia, durando a refrega das 13 até as 20 horas. Em 22 de maio, travou o importante combate de Olaria, depois das 14 horas; três de seus barcos se encontraram com sete portugueses, duelando-se até as 17 horas, sossobrando a canhoneira portuguesa *D. Januária*. João das Botas recebeu de Cochrane a promoção a capitão-tenente. Hoje, passados tantos anos, ficamos impressionados com o fulgor desse herói, que não sabemos quando nem onde nasceu, mas que tudo indica fosse mesmo português.

Temperamento audaz, Cochrane não se sentia confortável na posição estática de bloqueador. Guarneceu a *Pedro I* e a *Maria da Glória* com homens de confiança e passou as peças de 24 da *Piranga* para a capitânia. Assim, começou a fazer presas, dando melhor consistência ao bloqueio; ao final de maio, somavam oito embarcações apresadas sem qualquer movimento significativo por parte de Félix de Campos para romper o bloqueio. Por isso, Cochrane deliberou passar à ofensiva surpreendendo a esquadra portuguesa em seu reduto. Tentaria repetir o feito de Callao, quando apresara a fragata *Esmeralda*. E escolheu o dia 14 de junho porque havia baile na cidade e nele não poderiam faltar os oficiais portu-

gueses. Com a nau *Pedro I* e mais a *Maria da Glória* e a *Real Carolina*, o primeiro-almirante esgueirou-se na escuridão aproximando-se dos navios portugueses a distância de um tiro de pistola. Repentinamente, o vento abrandou descendo chuva copiosa; não era possível prosseguir em seus intentos; virou em roda, deixando que a maré o conduzisse barra afora.

Esse ato de audácia levou o desalento ao Brigadeiro Madeira. Muito acusado tem sido esse nobre oficial; soube, contudo, manter-se equidistante das lisonjeiras ofertas e propostas do governo de D. Pedro I. É verdade que sua ação tática àquela conjuntura merece reparos, mas é forçoso esclarecer que não contou com Félix de Campos; tentou, mesmo, substituí-lo por outro oficial mais qualificado, havendo reações dos marujos portugueses que se amotinaram ou desertaram. A alternativa residiu em abandonar Salvador. Durante alguns dias, embarcaram todos aqueles que pretendiam regressar a Portugal e, às 4 da madrugada do dia 2 de julho, 13 navios de guerra e 71 mercantes deslizaram rumo à Europa. Às 13 horas desse mesmo dia, as tropas do Exército Imperial entraram triunfalmente na cidade; quase ao mesmo tempo, Lorde Cochrane cruzava a barra com seus navios. A Bahia integrava-se no Brasil independente. Foram apreendidos armamentos, papéis e bandeiras, sem que hoje possamos dizer como desapareceram.

Desconfiando que alguns dos navios portugueses se dirigiriam para algum porto do Norte do Brasil, o primeiro-almirante encetou uma perseguição contra o comboio português apresando qua-

tro navios, seguindo-se outros cinco que pareciam demandar águas do Maranhão. Cortando a golpes de machado os mastros principais, inutilizando a maior parte da água doce, tirando-lhes suprimentos, apreendendo documentos, pólvora e armas, não restava ao navio apresado outra alternativa a não ser regressar ao Brasil.

Atingindo 4º de latitude Norte, Cochrane deu por terminada a sua perseguição. Designou, então, John Taylor para uma importante missão: comandando a fragata *Nictheroy*, devia perseguir os retirantes. A ação da elegante fragata e sua destemida tripulação, da qual participava o jovem Lisboa, contra o comboio tão numeroso, constitui uma das mais belas provas de valentia, arrojo e coragem não propriamente da Marinha do Império, mas da Marinha de todos os tempos. Pela primeira vez, e quase à embocadura do Tejo, chegou a bandeira do Império. Taylor apressou, ao todo, 18 embarcações e quando regressou à Bahia, em 9 de novembro, o Brasil inteiro estava independente. Esse cruzeiro é conhecido em detalhes graças a uma relação escrita pelo imediato, Capitão-de-Fragata Luís Barroso Pereira.

Sempre com sua flâmula içada na nau *Pedro I*, Cochrane seguiu para São Luís do Maranhão. Nessa cidade, implantara-se sólido núcleo português liderado pelo bispo Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazareth. Ocorriam frequentes distúrbios urbanos provocados pelos naturais da terra ou pelos portugueses que desejavam conservar a região sob seu domínio.

O Coronel João José da Cunha Fidié, Governador de Armas do Piauí, procurou aplacar os entusiasmos que explodiram na vila de São João da Parnaíba insuflados pelo opulento negociante Simplício Dias da Silva. Com seus comandados, dirigiu-se para a citada vila e restabeleceu a autoridade das Cortes. Novos distúrbios ocorreram em Oeiras, cujos habitantes solicitaram a ajuda do Ceará. Sua Junta Governativa enviou bisonhos voluntários em cujo comando encontrava-se o Coronel José Pereira Filgueiras. Os oponentes mediram forças no leito vazio do Rio Genipapo, em 13 de março de 1823, recaindo a vitória nos soldados profissionais do Coronel Fidié. Apesar da vantagem tão arduamente obtida, Fidié retirou-se para a vila de Caxias, no Maranhão, onde suportou cerco, capitulando em 31 de julho. Remetido preso para a Bahia e, desta província, para o Rio de Janeiro, Fidié viu-se indultado pelo Imperador, sendo-lhe permitido viajar para Portugal.

Concomitantemente, no dia 26 de julho, o primeiro-almirante atingiu a barra do porto de São Luís, arvorando bandeira inglesa. Veio-lhe ao encontro o Capitão-Tenente Francisco Salema Garção, em comando do brigue *Infante D. Miguel*, somente percebendo ter sido iludido quando já se encontrava no convés da *Pedro I*. Após poucas palavras, Cochrane redigiu um ofício ao Comandante de Armas da província atemorizando os habitantes com poderosas forças que logo chegariam prontas para pulverizar a indefesa cidade. E, dando ação à palavra, entrou no porto fazendo disparos elevados. No dia 27, pela manhã, os re-

presentantes do clero reuniram-se com o primeiro-almirante na câmara da *Pedro I* e acertaram o cerimonial para, no dia imediato, aclamar Pedro I como Imperador, fato consumado e sacramentado com um ágape oferecido à oficialidade naval sem o comparecimento de Cochrane, que alegou doença. A praça estava, assim, em suas mãos. Rumores, porém, de uma reação transitaram no dia 31. Cochrane determinou a ocupação dos pontos estratégicos da cidade pelos seus marinheiros. Milicianos partidários das Cortes foram desarmados e não houve mais reações. O brigue *Infante D. Miguel*, a escuna *Emília* e oito barcas que se encontravam no porto foram incorporados à Marinha do Império. E o governo agraciou Lorde Cochrane com o título de Marquês de Maranhão, recebido em 25 de novembro, quando retornou ao Rio de Janeiro.

Na província do Pará, a Junta Governativa, presidida pelo Bispo D. Romualdo de Souza Coelho, mantinha-se intransigente e teimava em prosseguir as ligações com Portugal, defendida pelo Governador das Armas, General José Maria de Moura. Cochrane não achou prudente abandonar São Luís tão rapidamente, sobretudo por já estar demonstrado que forças navais poderosas existiam apenas na imaginação. Portanto, Cochrane entregou a John Pascoe Grenfell o comando do brigue *Infante D. Miguel*, rebatizado de *Maranhão*, e incumbiu-o de se dirigir a Belém. Em 7 de agosto, Grenfell atingiu a entrada da barra dessa cidade e, depois de conseguir como práctico Fortunato José Martins, fundeou às 7 da noite de 10 de agos-

to em frente à cidade, mas fora do alcance da artilharia de terra. Na manhã do dia 11, Grenfell enviou à terra alguns de seus oficiais incumbidos de entregar à Junta Governativa um ofício do primeiro-almirante no qual ele historiava os sucessos da causa brasileira, determinava o bloqueio do porto de Belém e anunciava a breve chegada de navios da esquadra imperial. Utilizava-se, portanto, o mesmo ardil. Na noite desse mesmo dia, a junta se reuniu no palácio do Governo e, após demorada sessão, votou a imediata adesão da província à Independência, sem a concordância do General José Maria de Moura, que renunciou ao cargo. No dia 15, pela manhã, a bandeira do Império tremulava nos mastros de navios e nas fortificações de terra; pouco depois, solenizou-se o ato de adesão, seguindo-se missa em ação de graças. Grenfell incorporou à Marinha a fragata *Leopoldina*, que rebatizou com o nome de *Imperatriz*, estando ainda em construção dois brigues, uma escuna e vários mercantes. Mas quando se descobriu ser imaginária a força que Grenfell dizia estar pronta para atacar, espalhou-se o ódio e manifestações ocorreram. Na noite de 21 de agosto, um embuçado tentou assassinar Grenfell ferindo-o, apenas, nas costas do lado direito. O descontentamento evoluiu e, em 15 de outubro, explodiu uma revolta de milicianos com saques e depredações em parte insufladas pelo Cônego Batista de Campos. Com rapidez e energia, Grenfell conseguiu dominar a situação, executando cinco e prendendo 256 no porão do

navio *São José Diligente* [depois rebatizado de *Palhaço*], os quais agonizaram depois de vários acessos de furor, em virtude da falta de espaço, água, ar e da cal virgem derramada pelos seus guardas no dia 21 de outubro, escapando apenas quatro com vida. Submetido a conselho de guerra, Grenfell logrou demonstrar a sua inocência. Mas o enigma da autoria desse crime permanece.

A astúcia e a coragem do primeiro-almirante e seus subordinados, bem como a ação de patriotas interioranos integraram as províncias do Norte ao Brasil independente, refletindo-se na Província Cisplatina onde a guarnição portuguesa, inicialmente com algumas vantagens, acabou desistindo de suas pretensões.

Na Província Cisplatina, duas forças antagônicas se enfrentavam: as tropas fiéis às Cortes, sob o comando do Brigadeiro D. Álvaro da Costa de Sousa Macedo que, auxiliado pelo líder local Manoel Oribe, dominou Montevideu, e aquelas que optaram pela adesão à Independência, chefiadas pelo Tenente-General Carlos Frederico Lecor, depois agraciado com o título de Barão de Laguna, baseadas em Canelones. Muitos jovens voluntários acorreram ao chamamento de Lecor, citando-se Manuel Luís Osório, que contava apenas 15 anos de idade. Encontravam-se no porto de Montevideu diversos navios (fragata *Thetis*, escunas *Maria Teresa*, *Oriental*, *Luís de Camões*, *D. Álvaro de Castro*, *Maria Isabel* e *Isabel Maria* e a barca *Infante D. Sebastião*, cujas guarnições obedeciam ao comando do Chefe-de-Esquadra Rodrigo José Ferreira Lobo. Este e seus subordina-

dos prestaram juramento ao Império em 9 de novembro de 1822, comunicação feita ao Imperador pelo Capitão-Tenente Luís Barroso Pereira, no Rio de Janeiro, ajudante-de-ordens do chefe Rodrigo Lobo.

Hoje pode parecer estranho o desejo do então Governo imperial em manter a posse desta província, conduzindo à interpretação de uma evidência de imperialismo. Nada mais falso. Importava ao Brasil evitar o domínio exclusivo da Bacia do Prata nas mãos do Governo de Buenos Aires e, assim, conservar o trânsito fluvial com Mato Grosso e adjacências. Esse objetivo implicava na manutenção da Cisplatina. Por isso, o Governo deliberou reforçar o bloqueio naval de Montevideu enviando, em 14 de novembro, o Capitão-de-Mar-e-Guerra David Jewet em comando das fragatas *Piranga* e *Paraguaçu*, corveta *Liberal* e mais cinco transportes. Boatos de que o governo português planejava atacar o Rio de Janeiro determinou o retorno dos navios de guerra em janeiro de 1823, permanecendo somente os transportes. Este enfraquecimento da força militar naval permitiu a revolta de quatro unidades que aderiram ao comando de D. Álvaro, que assim se viu apto a enfrentar o bloqueio. Preferiu o Governo imperial demissionar o chefe Rodrigo Lobo e nomear o Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Antônio Nunes que, no dia 11 de março, chegava a Colônia a bordo do brigue *Real Pedro* e logo determinava o bloqueio do porto de Montevideu com outras unidades (corveta *Liberal*, brigues *Cacique* e *Guarani*, escunas *Leopoldina* e *Seis de Fevereiro*).

Em 18 de maio de 1823, as forças do Brigadeiro Álvaro da Costa perdiam o com-

bate de Las Piedras frente a um destacamento comandado pelo Brigadeiro graduado Manuel Marques de Sousa. Diante desta perda, resolveu-se forçar um encontro no mar. O combate de Montevideu começou ao alvorecer do dia 21 de outubro de 1823, procurando o Comandante Pedro Antônio atrair o Tenente José Maria de Sousa, que comandava as unidades sob as ordens de Álvaro da Costa, para longe do alcance das baterias de terra. O confronto durou até as 16 horas, com nítidas vantagens para os que defendiam a Independência. D. Álvaro capitulou três dias depois, retirando-se somente em 8 de março de 1824 com seus homens embarcados em nove navios mercantes escoltados pelos brigues *Cacique* e *Guarani* e as escunas *Leopoldina* e *Rio da Prata*.

Estavam encerradas as lutas da Independência e reconhecida de norte a sul a autoridade de D. Pedro I. Autoridade entendida como sinônimo de união que a força militar do Império, de vida tão recente, havia obtido sem esmorecimentos. Sua rápida e eficiente atuação é que tornara possível conservar o Brasil em sua grandeza.

Essas lutas tiveram, ainda, outro papel relevante: constituíram a verdadeira certi-

ção de nascimento da força militar brasileira; um evento encontra-se irremediavelmente geminado ao outro, pois a necessidade de impor a Independência em áreas de influência portuguesa induziu ao *abrasileiramento* da mesma força militar que, poucos momentos no passado, era integralmente portuguesa.

Resta-nos, finalmente, uma observação. O povo, de escassa memória para os eventos históricos, nunca se motivou pelos fatos aqui relatados, especialmente porque a ausência de batalhas magníficas, o pouco sangue derramado e a rapidez com que tudo se completou não chegaram a despertar o imaginário popular. Não se erigiram monumentos grandiosos e os homens que participaram desses momentos culminantes da História foram esquecidos e seus feitos esmaecidos ou palidamente lembrados. Essa injustiça deve ser, porém, o mais depressa possível, reparada, enfocando-se os brasileiros que souberam compreender a importância do Poder Militar para uma Nação que a tradição histórica concederá extenso e dádioso território, bem como para aqueles que, brasileiros e portugueses, souberam honrar o compromisso patriótico empenhado com o precioso tesouro da própria vida.



#### BIBLIOGRAFIA (NOTAS)

Para obter um aprofundamento sobre o tema desta comunicação sugiro a consulta ao v. II da obra *O Exército na História do Brasil*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. Conforme ficou amplamente demonstrado pelo professor Dr. Arno Wehling em seu recente trabalho *Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, o Visconde de Porto Seguro não poderia encerrar a sua *História Geral do Brasil* sem tratar da fase da Independência, texto somente concluído em 1875. Sua morte o impediria de vê-lo publicado, o que veio a ocorrer em 1916, no v. 133 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Rio, 1917). Preferentemente, deve ser consultada a 3. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1957. Ver ainda Oliveira Lima, *O Movimento da Independência*, São Paulo: Melhoramentos, 2. ed., s/d.; Assis Cintra, *D. Pedro I e o Grito da Independência*, São Paulo, 1921; Biblioteca Nacional, *Documentos para a História*

*da Independência*, v. 1, Rio de Janeiro, 1923; Tobias Monteiro, *História do Império (A Elaboração da Independência)*, Rio de Janeiro, 1927; Maria Beatriz Nizza da Silva, *Movimento Constitucional e Separatismo no Brasil – 1821-1823*, Lisboa: Livros Horizontes, 1988; Josué Montello, *História da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972, 4 v.; José Honório Rodrigues, *A Independência: revolução e contra-revolução*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 5 v. Deve-se, também, procurar conhecer o pensamento das personalidades que desempenharam papel de relevância nos eventos. Otávio Tarquínio de Sousa escreveu uma boa biografia sobre o Patriarca: José Bonifácio, Rio de Janeiro, 1945. Ver ainda Alberto Sousa; *Os Andradas*, 2 v., São Paulo, 1923; José Feliciano de Oliveira, *José Bonifácio e a Independência*, São Paulo, 1955. Sobre o nosso primeiro Imperador e também D. Pedro IV, em Portugal, consultar Otávio Tarquínio de Sousa, *A Vida de D. Pedro I*, Rio de Janeiro, 1952, reimpresso em 1972 pela Bibliex, em 3 v.; Pedro Calmon, *O Rei Cavaleiro – Vida de D. Pedro I*, São Paulo, 1933. Sobre Lorde Thomas Cochrane ver Hermínio Conde, *Cochrane, Falso Libertador do Norte*, São Luís, 1929; Brian Vale, “O Almirante Cochrane e a Questão das Presas”, in *Navigator*, SDGM, 1973. A ação de Felisberto Caldeira encontra-se em Antônio Augusto de Aguiar, *Vida do Marquês de Barbacena*, Rio de Janeiro, 1896 e João Pandiá Calógeras, *O Marquês de Barbacena*, São Paulo, 1932. Laurênio Lago: *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1941; Afonso Arinos de Melo Franco: *Soldado do Reino e do Império (Vida do Marechal Calado)*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1942; Pedro Calmon, *Figuras de Azulejo*, Rio de Janeiro, 1939 (contendo biografia do General Pierre Labatut). Os personagens portugueses envolvidos na trama política ou militar da Independência ainda não mereceram a atenção dos historiadores que pudessem biografá-los. As suas ações permanecem, assim, deturpadas e pouco esclarecidas, vistas sob a ótica das paixões da conjuntura.

No que diz respeito às ações propriamente militares ver Lucas Alexandre Boiteux, *As Façanhas de João das Bottas*, Rio de Janeiro, 1933; Garcez Palha, *Ephemerides Navaes*, Rio de Janeiro, 1891; Brás do Amaral, *História da Independência na Bahia*, Salvador, 1923; Luís Henrique Dias Tavares, *A Independência do Brasil na Bahia*, São Paulo, 1977; Miguel Calmon, *A Batalha de Pirajá*, Rio de Janeiro, 1922; Luís Antônio Vieira da Silva, *História da Independência da Província do Maranhão*, São Luís, s/d; Abdias Neves, *A Guerra do Fidié*, Teresina, 1907; J. B. Magalhães, *A Evolução Militar do Brasil*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1958, 2. ed., 1999; João do Prado Maia, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*, Rio de Janeiro, 1965; Gustavo Barroso, *História Militar do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2. ed. em 1938; Lucas Alexandre Boiteux, *A Marinha de Guerra Brasileira nos Reinados de D. João VI e D. Pedro I*, Rio de Janeiro, 1913; idem, *A Tática nas Campanhas Navaes Nacionais*, São Paulo, 1922. Ver ainda o meu artigo “A Marinha na Independência”, in *A Marinha em Revista*, n. 220, jul/set 1971. A respeito do cruzeiro da fragata comandada por John Taylor escrevi um artigo na revista *A Galera*, n. 127, dezembro de 1977, intitulado “A Primeira Nichteroy”. A expulsão das forças portuguesas comandadas pelo Brigadeiro Avilez pode ser também pesquisada nos trabalhos relativos à história da cidade do Rio de Janeiro; ver Eduardo Tourinho, *Revelação do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; Alexandre Max Kitzinger, “Resenha Histórica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 76, 1913; Mello Barreto Filho e Hermeto Lima, *História da Polícia do Rio de Janeiro*, 3 v., Rio de Janeiro: A Noite, 1939; *Rio de Janeiro no Tempo da Independência*, coletânea publicada pela Secretaria de Estado de Cultura em 1972.